

Anexo A – Enquadramento na estratégia do PDCT

Para o processo de preparação dos investimentos municipais e intermunicipais a realizar no âmbito do Portugal 2020, a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (CIMAC), iniciou em 2013, de acordo com as orientações em vigor, um diagnóstico das necessidades de investimento e a elaboração de uma **Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT)**. Com base nesta Estratégia foi desenhado e proposto a aprovação o **Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT)**.

O **PDCT** da CIMAC tem a forma de um contrato, que foi assinado Julho 2015, com as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais ALENTEJO 2020, SEUR e ISE e consubstancia o quadro global de referência para as intervenções públicas e privadas, a desenvolver no período 2014-2020.

O presente Aviso de Concurso tem enquadramento num dos cinco eixos de intervenção estratégica do PDCT, o **Eixo A – “Promoção do empreendedorismo e do emprego”** que preconiza como resultados a atingir:

- A criação de projetos empresariais de pequena dimensão geradores de emprego nas áreas emergentes da economia cultural e criativa, da economia social, da economia verde e da valorização dos produtos endógenos;
- A constituição de uma rede sub-regional de infraestruturas de incubação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas.

Por outro lado, este Eixo está ancorado no domínio “Competitividade Empresarial, Emprego e Internacionalização” estabelecido na EIDT, que estabelece um conjunto de **PRIORIDADES** acolhidas no quadro do presente Aviso de Concurso e referenciadas no seu ponto 9.1:

- Privilegiar o recém-criado Parque de Ciência e Tecnologia e o Sistema Regional de Transferência de Tecnologia que o enquadra, enquanto elementos estruturadores deste processo;
- A consolidação dos setores económicos tradicionais e emergentes, bem como a criação de políticas de atracção de investimento e recursos qualificados à sub-região que permitam dinamizar setores no seu perfil de especialização tecnológica, tirando partido da sua posição geoestratégica de proximidade à área metropolitana de Lisboa, ao Algarve e de ligação a Espanha, bem como do potencial logístico que lhe está associado;

- A exploração e valorização económica dos recursos endógenos que, fundamentalmente, sustentam a componente tradicional da base económica regional, bem como, por outro lado, a exploração e valorização dos fatores de competitividade regional – fatores naturais, patrimoniais, institucionais (associados, nomeadamente, às instituições regionais de investigação e desenvolvimento) e de localização - de suporte à atração e dinamização de setores emergentes com elevada importância estratégica, nomeadamente, o turismo, as energias renováveis, a eletrónica, o automóvel, e a aeronáutica;
- O favorecimento de fileiras produtivas e clusters baseados nos produtos endógenos, que deverá estruturar a promoção e valorização do tecido empresarial da sub-região, não podendo deixar de ter em conta a atração de investimento em setores emergentes e de forte incorporação de conhecimento e potencial de internacionalização;
- O setor agrícola e agroalimentar, com primordial relevância para o desenvolvimento da sub-região, não apenas porque o território apresenta condições únicas (naturais e de saber fazer) para a produção de produtos de qualidade internacionalmente reconhecida mas porquanto se configura essencial rentabilizar e consolidar os investimentos realizados em termos da infraestrutura de Alqueva. A promoção da sustentabilidade ambiental deve também ser consolidada com vista à integração das produções em mercados mais exigentes e competitivos a este nível;
- A Vitivinicultura devido à sua capacidade exportadora, tornando-se, deste modo, um setor prioritário para a Região;
- A criação de valor acrescentado pela exploração de recursos no domínio das energias renováveis, do solar à biomassa. Este é um subsector que apresenta já na sub-região alguma capacidade instalada na vertente de produção de energia e que tem ainda uma margem relevante de crescimento que poderá ser gerador de sinergias relevantes com outras atividades económicas como as relacionadas com a mobilidade sustentável ou a regeneração urbana;
- O Cluster do Turismo, que encerra inúmeras oportunidades de geração de valor em áreas tão distintas como a requalificação e criação de novos produtos turísticos, a promoção do território, a dinamização de redes de oferta ou mesmo no domínio do marketing digital;
- As atividades de pequena escala, nomeadamente, em espaço rural e de baixa densidade, pela importância que encerram na valorização económica de ativos territoriais e das produções tradicionais e na sustentabilidade económica, social e ambiental dos aglomerados rurais valorizando-se a promoção de políticas urbanas integradas de localização e atração empresarial e de investimento fortemente relacionadas com as virtualidades do mundo rural;

- A dinamização económica nos domínios da economia criativa e do património, com uma forte intervenção na valorização económica e exploração empresarial dos recursos culturais, artísticos e patrimoniais da sub-região;
- A qualificação dos recursos humanos enquanto fator indutor de competitividade e inovação, que sustenta intervenções integradas de formação/educação de jovens e adultos numa perspetiva de adequação da mão-de-obra disponível ao mercado de trabalho e de atração de população qualificada capaz de induzir dinâmicas económicas favoráveis ao território.

NOTA: O enquadramento nas áreas consideradas prioritárias não dispensa a verificação de elegibilidade no âmbito do presente AAC, uma vez que o Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SIE), instituído pela Portaria n.º 105/2017, de 10 de março, define no seu artigo 5.º as atividades económicas elegíveis e suscetíveis de serem apoiadas.